

UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ
Mariana Costa Chazanas

FUTEBOL E IDEOLOGIA : Um Estudo Sobre a Copa de 70

Monografia apresentada à Banca Examinadora do Departamento de Psicologia da Universidade de Taubaté como exigência parcial para a conclusão do curso de Formação de Psicologia sob orientação da Profa.. Dra Cecília Pescatore Alves.
Área de Concentração: Psicologia Social

Taubaté - SP
2006

Mariana Costa Chazanas

Futebol e Ideologia : Um Estudo Sobre a Copa de 70

Monografia apresentada à Banca Examinadora do Departamento de Psicologia da Universidade de Taubaté como exigência parcial para a conclusão do curso de Formação de Psicologia sob orientação da Profa. Dra Cecília Pescatore Alves.
Área de Concentração: Psicologia Social

DATA: _____

RESULTADO: _____

BANCA EXAMINADORA:

Prof^ª. Dr^ª Cecília Pescatore Alves

Universidade de Taubaté

Assinatura: _____

Prof. Dr. Carlos Alberto Máximo Pimenta

Universidade de Taubaté

Assinatura: _____

Prof. Ms. Régis de Toledo Souza

Universidade de Taubaté

Assinatura: _____

Dedico este trabalho para todos os que torcem, todos os que amam, todos os que respiram futebol.

AGRADECIMENTOS

A professora Cecília, minha técnica e treinadora, que me ajudou com sua preciosa orientação e paciência e comentários e leituras e atenção e bibliografia e paciência e e-mails e supervisões e mais paciência e- deu pra entender, certo? Sua ajuda foi absolutamente inestimável.

Aos membros da banca, comentaristas que ofereceram um auxílio valioso quanto à bibliografia e sugestões.

Nínive e Renata, minhas colegas de faculdade, companheiras neste time, com quem dividi minhas angústias e frustrações, sempre dispostas a me ouvir nas horas em que eu queria largar tudo.

Minha família, que gentilmente leu algumas partes desta pesquisa e disse que era, sim, muito interessante, e que torceu por mim este ano todo mesmo quando meu desempenho em campo era francamente lamentável.

A Deus que me deu força pra voltar pro jogo quando tudo parecia perdido e a fazer melhor quando eu achava que já estava acabado.

RESUMO

A presente pesquisa, classificada como exploratória, tem como objetivo analisar a relação posta entre a política brasileira e o futebol, focando a Copa do Mundo de 1970. Percebemos o interesse mostrado pelos governantes brasileiros da época em relação à vitória brasileira neste esporte, o que levou à uma reflexão a respeito do significado da vitória da seleção brasileira no âmbito da política nacional. Optamos por fazer uma leitura de exemplares de jornais da época, buscando aprofundar o conhecimento na área e oferecer uma possibilidade de compreensão. Para tal, analisamos os discursos veiculados na Folha de São Paulo, selecionando para análise as primeiras páginas dos dias 07.06, 21.06 e 22.06, bem como uma coluna interna do dia 16.06 e do dia 21.06. A análise dos dados foi baseada principalmente no pensamento da filósofa Marilena Chauí. Concluímos que houve, nas reportagens, um movimento no sentido de estabelecer uma identificação entre o governo e o futebol. Baseando-se numa paixão já existente, os jogos foram utilizados como forma de propaganda governamental, bem como uma estratégia de manipulação da população. Esse processo contribuiu para que a relação posta entre o esporte e a nação se tornasse mais visível, criando uma situação onde o apoio ao presidente se relaciona ao apoio à seleção brasileira.

Palavras-Chave: Futebol, Ideologia, Ditadura Militar

ABSTRACT

This research, considered as exploratory, has as a goal to analyze the connection between the Brazilian politics and the sport football, focusing on the World Cup of 1970. The interest showed by the government in the Brazilian victory was evident, which lead us to question the meaning of said victory in the Brazilian political scenario. In order to answer this question, we opted for a lecture of newspaper from this period, searching to deepen our knowledge in the area and to offer the possibility of an understanding about this period. We analyzed the speeches transmitted in the front pages of days 07.06, 21.06 and 22.06 from the newspaper Folha de São Paulo, as inside news published in day 16.06 and 21.06. The analysis of the collected data was based in the theories by the philosopher Marilena Chauí. The conclusion was that a connection between the government and football was established, starting from the passion present in the population for this sport. The games were used as a style of propaganda and as a strategy to manipulate the population. This process contributed to make more explicit the connection between the nation and the sport, creating an association between the supports offered to the president and the cheering for the Brazilian team.

Key Words: Football, Ideology, Military Dictatorship

SUMÁRIO

1. Introdução : Um Breve Aquecimento.....	08
2. Revisão de Literatura : Começam as Preliminares	
2.1. Ideologia – Uma Breve Explicação	10
2.1.1 Mídia e Ideologia.....	14
2.2. Memórias de Um Passado Recente.....	17
2.3 O Futebol – Porque o Brasil Acontece no Campo.....	19
3. Método :O Primeiro Tempo	28
4. Análise e Discussão: O Segundo Tempo.....	29
4.1 Estratégias Jornalísticas.....	32
4.2 A Paixão pelo Futebol e o Super-Brasileiro.....	33
4.3 Tempos de Milagre.....	36
5. Considerações Finais : Prorrogação.....	41
6. Referências Bibliográficas.....	44
7. Parecer do Orientador.....	46

1 INTRODUÇÃO : UM BREVE AQUECIMENTO

A interface entre ideologia e meios de comunicação de massa é uma questão ainda longe de ser esgotada pelas pesquisas existentes na área. É, portanto, interessante para o desenvolvimento científico das ciências sociais um estudo relativamente aprofundado sobre um período histórico no qual esta relação se estabeleceu e que ainda requer uma maior compreensão a Ditadura Militar.

Este estudo foi desenvolvido com enfoque na Copa do Mundo pois sabe-se que, para o povo brasileiro, competições de futebol assumem grande relevância, fazendo parte da cultura brasileira, e que o futebol é considerado por muitos o esporte nacional. Sabe-se também que durante os 21 anos de governos militares no Brasil, várias formas de expressão cultural foram usadas como veículo de propaganda ideológica, sendo também reconhecido o intenso interesse do governo na vitória do time nacional, principalmente na copa de 1970, sob o governo de Médici. Assim, levantamos a questão: estaria esse interesse relacionado a mecanismos de controle? Poder-se-ia dizer que a vitória da seleção brasileira foi utilizada no sentido de justificar ou validar o sistema político vigente? Caso a resposta seja positiva, como se deu essa relação?

Ressaltamos aqui a controvérsia existente no meio acadêmico, pois este problema, por sua complexidade, apresenta variadas formas de enfoques e análises¹. Ao desenvolver esta pesquisa, partimos do princípio de que o futebol não é, em si, ideológico, mas pode se tornar, em determinadas circunstâncias, o veículo de uma ideologia que se expressou neste período por meio de variadas formas de expressão humana.

Assim, para responder de forma satisfatória a questão levantada optamos por fazer uma leitura de exemplares de jornais da época, buscando aprofundar, pelo menos em parte, o conhecimento na área, bem como possivelmente oferecer uma entre diversas possibilidades de compreensão deste período.

Analisamos os discursos veiculados em exemplares do jornal da Folha de São Paulo, enfocando especificamente a Copa do Mundo de 1970, fazendo uma análise psico-social do

¹ Para uma visão diferenciada da que apresentamos aqui, recomendamos a obra de Roberto Da Matta, em sua coletânea "Universo do Futebol"

conteúdo dos mesmos. A escolha do jornal em questão se deve à sua grande representatividade nacional, bem como ao maior grau de acessibilidade em relação a outros jornais.

Buscamos coletar capas e textos internos de exemplares de junho de 1970, e selecionamos as reportagens e comentários que faziam alusão direta à relação dos jogos com a política interna brasileira. Foram selecionadas para análise as primeiras páginas dos dias 07.06, 21.06 e 22.06, bem como uma coluna interna do dia 16.06 e do dia 21.06. Estas datas se aproximavam das datas dos jogos o bastante para proporcionar uma idéia relativamente clara da tensão, alegria e expectativa que marcaram o humor da população na época. Destas, talvez as mais significativas sejam as capas do dia 21.06, véspera do último jogo contra a Itália, e a do dia 22.06, véspera do retorno dos jogadores vitoriosos.

Na análise de conteúdo dos textos selecionados, emergiram temáticas que possibilitaram a construção de três categorias gerais, quais sejam, “1- Estratégias Jornalísticas”, “2- A Paixão pelo Futebol e o Super-Brasileiro” e “3- Tempos de Milagre”, interpretadas no confronto com a totalidade dos dados e com a realidade do momento histórico em questão

O pressuposto teórico que fundamentou a interpretação foi extraído do referencial sobre ideologia e mídia elaborado neste trabalho, baseado principalmente nas considerações da filósofa Marilena Chauí.

Assim, no primeiro capítulo dessa pesquisa, abordaremos a questão da ideologia, expondo aspectos do pensamento de Chauí e fazendo uma breve explanação sobre o tema.

No segundo capítulo, faremos uma reconstituição histórica dos anos da Ditadura Militar, com o objetivo de contextualizar o período em que essas reportagens foram publicadas. .

No terceiro, faremos uma exposição e uma reflexão sobre a história do futebol e sua entrada no Brasil, abordando também sua importância e influência na sociedade brasileira.

No quarto capítulo, faremos nossa análise e discussão, relacionando os dados colhidos no jornal com a fundamentação teórica apresentada.

No quinto capítulo apresentamos as considerações finais e a conclusão do trabalho..

2 REVISÃO DE LITERATURA: COMEÇAM AS PRELIMINARES

2.1 IDEOLOGIA – UMA BREVE EXPLANAÇÃO

Para que seja possível uma análise dos dados que serão posteriormente apresentados, bem como para uma maior compreensão da dinâmica social, devemos nos deter inicialmente sobre o conceito de ideologia. Para tal, nos basearemos no pensamento de Marilena Chauí.

Segundo a autora (1989), a ideologia é formada principalmente de idéias que, embora advenham do contexto histórico em que são formadas, e, portanto, dele representativas, propõem-se a explicar a realidade como se fossem dela dissociadas. Assim, ideologia poderia ser definida como um conjunto de juízos, pensamentos e visões-de-mundo que supostamente explicariam o real, sendo, entretanto, por ele explicados.

Toda a produção intelectual de um determinado tempo está relacionada a esse mesmo tempo. Dessa forma, as diversas teorias que surgiram ao longo da história da humanidade, como aponta Chauí² (1989), não apenas eram decorrentes do contexto, como também se propunham a justificá-lo.

Consideremos por exemplo o sistema filosófico criado por Aristóteles³, denominado Teoria das Quatro Causas. Este consistia em uma divisão hierarquizada das forças responsáveis pelo movimento presente no universo (tal como o crescimento, as transformações naturais, enfim), as chamadas quatro causas: material, formal, eficiente e final. Estas seriam, respectivamente: a matéria dos objetos, suas formas, a ação que os transforma e o motivo pelo qual a mudança ocorre. As relações estabelecidas entre essas causas forneceriam a explicação para a questão do movimento. A causa final é hierarquicamente superior às outras, e a causa eficiente à de menor importância.

Como coloca Chauí (1989), a sociedade grega no período em que Aristóteles concebeu essa teoria era fundamentada no trabalho escravo, bem como na distinção entre estes e os

² Aqui se reportando à teoria marxista, na qual a autora baseia a maior parte de suas reflexões.

³ Mencionado por Chauí em *O Que é Ideologia*, São Paulo: Ed. Brasiliense 1989

cidadãos superiores. Pode-se estabelecer um paralelo entre o sistema social e a teoria, de forma que o cidadão grego corresponde à causa final, ou seja, à razão pela qual o trabalho é realizado, e o escravo corresponde à causa eficiente, ou seja, a força responsável pela execução do trabalho.

“Temos, portanto” escreve Chauí, “uma teoria geral para a explicação da realidade e de suas transformações que, na verdade, é a transposição involuntária para o plano das idéias de relações sociais muito determinadas” (CHAUI, 1989, p.10) Essa transposição ocorre a despeito da intenção do filósofo que, conforme Chauí, julga estar “produzindo idéias verdadeiras que nada devem à existência histórica e social” (Ibid, p.10)

O mesmo pode ser dito a respeito da explicação de base religiosa presente na idade média. Atribuir a desigualdade ao desejo e desígnio de Deus, uma vontade superior e imutável, impedia a revolta da classe inferior – os servos e camponeses - e mantinha o poder das classes dominantes – o clero e os senhores feudais. Temos novamente a transposição referida por Chauí numa teoria aparentemente dissociada das relações sociais.

Com as mudanças que eventualmente ocorrem, essas teorias perdem a razão de ser e dão lugar a novas explicações da realidade.

Segundo Marx, vemos essa dinâmica nas sociedades que se baseiam na luta de classes (citando como exemplo mais efetivo o capitalismo), nas quais a ideologia cumpre a função de ocultar a desigualdade, servindo, portanto, como um impedimento para a transformação.

A leitura que Marx fazia da sociedade iniciava-se a partir do mais simples, do que se oferece à observação, para o mais complexo, percorrendo o processo de construção do real. “Trata-se sempre de começar pelo *aparecer* social e chegar, pelas mediações reais, ao ser social” (Chauí, 1980, p.48). Ao criticar a sociedade capitalista, inicia-se pela reflexão a respeito daqueles que parecem ser os princípios básicos e fundamentais, aparentemente inquestionáveis, da estrutura social. São estes que Marx vai questionar, explicitando dessa forma uma sociedade pautada na dominação.

Temos então a divisão da sociedade em classes. Sobre estas, Chauí fala:

(...) são relações sociais determinadas pelo modo como os homens, na produção de suas condições materiais de existência, se dividem no trabalho, instauram formas determinadas de propriedade, reproduzem e legitimam aquela divisão e aquelas formas por meio das instituições sociais e políticas, representam para si mesmos o significado de idéias que exprimem e escondem o significado real de suas relações. As classes sociais são o *fazer-se classe* dos indivíduos em suas atividades econômicas, políticas e culturais (CHAUI, 1989, p. 53).

A relação entre estas se dá por meio da dominação e exploração, pois para que a primeira mantenha seu status, a segunda necessariamente necessita ser submetida. A desigualdade é um componente da estrutura social e a situação de dominação é essencial para a manutenção do sistema pela própria natureza deste.

Consideremos o seguinte fato: na sociedade capitalista surge a propriedade privada. Existe a divisão entre os proprietários dos meios de trabalho e os proletários, que dispõem da força de trabalho, que vendem para os primeiros. Dessa forma, como sintetiza Chauí (1989), o ser humano torna-se ele próprio uma mercadoria.

Como nesse modelo social o objetivo maior do proprietário é o lucro, o preço que paga ao trabalhador é necessariamente menor do que o que este vale, pois caso contrário o ganho e a despesa do proprietário seriam equivalentes e não haveria lucro. Assim, surge o que Marx chama de mais-valia, o trabalho não pago. O trabalhador não possui os meios para adquirir o produto que ele mesmo confeccionou e, como coloca Marx:

O trabalhador fica mais pobre à medida que produz mais riqueza e sua produção cresce em força e extensão. O trabalhador torna –se uma mercadoria ainda mais barata à medida que cria mais bens. (...) O trabalho não cria apenas bens; ele também produz a si mesmo e o trabalhador e como uma mercadoria, e, deveras, na mesma proporção em que produz bens. (MARX apud FROMM, 1983, p.90)

O objeto do trabalho, desta forma, assume a categoria de força independente do trabalhador; passa a ter domínio. A esse fenômeno Marx chama objetificação: “o produto do trabalho é trabalho incorporado em um objeto e convertido em coisa física” (MARX *apud* FROMM, p.91). Essa inversão, onde os homens se tornam mercadorias e as mercadorias são humanizadas, é característica da sociedade capitalista.

Uma percepção clara desta situação implicaria em tentativas de transformação, donde advém a necessidade de um controle sobre a possibilidade desta percepção. De acordo com Marx, é então que surge a necessidade da ideologia.

O fator que a possibilita é a separação entre o trabalho material e o trabalho espiritual, ocorrendo uma supervalorização deste último em detrimento do primeiro, pois com esta divisão, torna-se possível a dissociação entre o teórico e o real.

A consciência está em condições de emancipar-se do mundo e entregar-se à construção da teoria 'pura'. Nasce aqui a ideologia propriamente dita, isto é, o sistema ordenado de idéias ou representações e das normas e regras como algo separado e independente das condições materiais, visto que seus produtores não estão diretamente vinculados à produção material das condições de existência. E, sem perceber, exprimem essa desvinculação ou separação através de suas idéias. Ou seja: as idéias aparecem como produzidas somente pelo pensamento, porque os seus pensadores estão distanciados da produção material. (CHAUI, 1989, p.65).

Assim, a aparência dos fatos é que as idéias estão separadas do mundo e podem explicá-lo, tendo sido “descobertas” pelos pensadores como entidades autônomas, ao invés de aparecer como produtos do pensamento de homens determinados. Surge então a contradição, aparentemente entre as idéias e as relações sociais, expressa no fato de que nem sempre há correspondência entre a teoria e o fato observado empiricamente, mas essa contradição não está no plano das idéias, e sim nas relações sociais em si, pois o mundo social é contraditório. “Porém, como as contradições reais permanecem ocultas (são as contradições entre as relações de produção ou as forças produtivas e as relações sociais), parece que a contradição real é entre as idéias e o mundo” (Ibid, p.66).

Essa é apenas uma das contradições existentes. Outra seria entre os interesses coletivos e os interesses individuais, advinda do fato de que, na realidade, o interesse coletivo consiste numa relação de co-dependência dos indivíduos entre os quais os meios e as condições do trabalho estão distribuídos de maneira desigual.

O conflito entre individual e coletivo trata-se, na verdade, de um conflito entre proprietários e não-proprietários, onde os interesses dos primeiros são representados como os interesses de todos. Assim, interesse coletivo e, em última análise, o próprio Estado, são representações ilusórias.

Sobre o Estado, Chauí aponta:

Isso não quer dizer que ele seja falso, mas sim que ele aparece como comunidade porque é assim percebido pelos sujeitos sociais. Eles precisam dessa figura unificada e unificadora para conseguirem tolerar a existência das divisões sociais, escondendo que tais divisões permanecem através do Estado (...) Não é a superação das contradições, mas a vitória de uma parte da sociedade sobre a outra (Ibid, p.70).

Se esta situação fosse percebida claramente por todos os segmentos da sociedade, não seria aceita e respeitada pelas classes que são desfavorecidas. Portanto, faz-se necessária uma forma de controle que sustente e justifique o sistema vigente, e esta é, segundo Chauí, o aparecer

deste como uma forma especial de dominação: “uma dominação impessoal e anônima, a dominação exercida através de um mecanismo impessoal que são as leis ou o Direito Civil (...) o Estado aparece como um poder que não pertence a ninguém” (CHAUI, 1989, p.72). Está aberto, como diz Chauí, o caminho para a ideologia política, que se expressa na explicação da sociedade de acordo com as formas dos regimes político e a explicação da história por meio das transformações do Estado.

Considerando as idéias apresentadas, podemos compreender porque Chauí (1989) afirma que as transformações não ocorrerão por meio de uma discussão teórica ou transformação da consciência, dado que a divisão social e as separações não forma produzidas por nenhum desses fatores, mas pelas relações sociais de produção e suas representações. A transformação ocorreria quando a situação se tornasse tão absolutamente insustentável que as massas oprimidas necessariamente se rebelariam e buscariam mudanças.

A lógica descrita nos parágrafos acima se refere, como mencionado, a filosofia marxista de dominação de classes. Podemos dizer então que, para Marx, a ideologia cria uma “falsa consciência” sobre a realidade que visa a reforçar e perpetuar essa dominação.

2.1.1 Mídia e Ideologia

A fim de sustentar adequadamente o debate proposto gostaríamos de diferenciar o termo Mídia, aqui usado no sentido de veículos de comunicação em geral, do termo Imprensa, usado como referência aos veículos de comunicação que exercem o jornalismo e outras funções de comunicação informativa — em contraste com a comunicação puramente publicitária de entretenimento.

Como discutido anteriormente, a ideologia permeia todos os níveis e instituições da sociedade, portanto também a mídia e, conseqüentemente, a imprensa.

A Mídia, considerada por Thompson (1998) uma instituição cultural, é, como veículo de comunicação, detentora em parte do poder simbólico, nascido, segundo mesmo autor, das atividades de produção, transmissão e recepção do significado das formas simbólicas.

O poder simbólico consiste na “capacidade de intervir no curso dos acontecimentos, de influenciar as ações dos outros e produzir eventos por meio da produção e da transmissão das formas simbólicas” (Thompson, 1998, p. 24).

Retomando a questão da ideologia, podemos considerar que a escolha das notícias, a forma de redigi-las e de dispô-las na página de um jornal, ou o tempo dedicado nos noticiários, não são determinados aleatoriamente. Existe um padrão, fundamentado na ideologia dominante, que define todos esses aspectos de acordo com a época, o que nos possibilita falar numa lógica de mercado ou de dominação, em conformidade com o contexto sócio-político-econômico predominante em cada momento da história.

Entretanto, um aspecto que convém destacar se refere à questão dos próprios profissionais do jornalismo. Embora sejam estes os autores das reportagens, não estão necessariamente tentando tomar uma posição contra ou a favor de alguma questão, mas, antes, estão tão inseridos no movimento do contexto quanto os leitores. Sabe-se que, de acordo com o pensamento marxista na explicação de Chauí (1989), embora haja a relação de domínio entre as classes, na maioria das vezes a produção e reprodução da situação vigente ocorre de forma mecânica, na qual ambas as partes se sentem agindo da única forma possível de se agir.

Aplicando-se este pensamento à imprensa, temos que muitas vezes não há um grande plano ou estratégia dos jornalistas e repórteres no sentido de compactuar com um sistema de dominação, mas uma convivência com a ideologia que surpreenderia até mesmo os próprios autores das reportagens, caso houvesse uma reflexão mais profunda a respeito desta questão.

Embora a intenção da autora seja diminuir a atribuição de culpa e propósito à imprensa, entendemos que há certas limitações para a autonomia que atribui à mídia, principalmente durante alguns governos totalitário.

Aquino, pesquisadora brasileira, afirma: “Analisando-se a temática da censura previa à imprensa escrita nos limites temporais estabelecidos pelo estado autoritário pós-64, depara-se com a grande quantidade de periódicos que sofreram sua ação.” (AQUINO, 1999, p.37)

Sua colocação refere-se a um período específico da história do Brasil, enquanto que a crítica de Aubenas (2003) aborda a questão da mídia no estado neoliberal. O contraste entre as duas pode ser explicado pelo fato de que, durante a ditadura militar, a política governamental caracterizou-se justamente pela repressão. Dessa forma, em circunstâncias específicas, não é absurdo considerar a presença dos “jantares nos melhores restaurantes” de Aubenas.

Aquino, novamente referindo-se ao golpe de 64, coloca:

(...) verificou-se que dentre os jornais de grande circulação do eixo Rio-São Paulo e mesmo em toda a grande imprensa diária, somente o ESP e o Jornal da Tarde foram alvos de censura prévia (...) enquanto que os demais praticavam auto-censura, acatando as determinações oriundas da polícia federal, seja na forma de bilhetinhos, geralmente apócrifos, seja por meio de ordens telefônicas às redações, e censurando internamente determinados assuntos considerados proibidos por essas ordens” (AQUINO, 1999, p.38)

Naturalmente, a censura prévia de que fala a pesquisadora ocorria devido às características assumidas pela política do país. Mais até do que a questão ideológica, há que se considerar o aspecto da punição, vinda na forma de ameaças e, em alguns casos, possivelmente prisões.

Entretanto, o que explica que, em situações de maior abertura e liberdade de imprensa, esta reproduza e aceite certos pontos de vistas que expressam a ideologia dominante? Por que toma posições que servem até mesmo de propaganda para determinadas formas ou aspectos do governo (estou enfocando aqui a questão política, mas o fenômeno, naturalmente, ocorre em todas as outras áreas da vida cotidiana). Se não se trata de uma relação entre as pessoas envolvidas em si, nem de suborno ou ameaça, como quer Aubenas, então porque isso ocorre?

Retomamos então o pensamento de Chauí (1989). Ocorre porque a ideologia está tão entranhada na percepção social que as notícias e o próprio ato de noticiar são por ela contaminados. Assim, o que poderia explicitar as contradições que ocorrem nos processos de dominação, que é a exposição e percepção destes e sua subsequente discussão e transformação, acaba por contribuir com sua manutenção e ocultamento. Em outras palavras, o pensamento ideológico foi internalizado por jornalistas e repórteres tanto quanto por qualquer outro indivíduo da sociedade, de forma que os eventos e acontecimentos são vistos e analisados de acordo com sua ótica, e é assim que as reportagens são escritas.

Não excluimos aqui a possibilidade de crítica, pois esta sempre está presente – tanto da parte do leitor como do escritor da reportagem. Existem jornais, revistas e noticiários que são diferenciais nessa questão, como veremos também no próximo capítulo.

Assim, por meio da análise reflexiva, podemos compreender as formas como as notícias e reportagens vêm imbuídas de conteúdos ideológicos e, ainda, como estas são estruturadas de forma que estes conteúdos não apareçam como tais, sendo antes compreendidos como neutros e diretos.

2.2 MEMÓRIAS DE UM PASSADO RECENTE

Faremos agora uma breve descrição do período da Ditadura no Brasil, com o objetivo de caracterizar o contexto social da época.

A Ditadura iniciou-se com a tomada do poder pelos militares em abril de 1964, em um golpe facilitado pelos conflitos políticos que ocorriam no país durante o governo anterior, bem como pelo receio de parte da população (e dos próprios militares) que o presidente João Goulart, então no poder, instaurasse um governo de base socialista.

O presidente da Câmara dos Deputados assumiu interinamente a Presidência, mas no dia 9 de abril o alto comando militar apresentou ao Congresso o Ato Institucional 1 (AI-1), que definia as novas regras para o Estado brasileiro. O AI-1 suspendeu as eleições diretas para a Presidência da República, ampliou os poderes do presidente militar e cancelou por seis meses as garantias constitucionais. No dia 11 de abril foi eleito indiretamente, isto é, pelo Congresso, o novo presidente da República: o General Humberto de Alencar Castelo Branco. Tinha início o ciclo de governo militares que somente se encerraria em 1985, 21 anos depois. (PETTA, 1999, p.266)

Durante esse período ocorreu a cassação de mandatos de parlamentares federais e estaduais, o cancelamento de direitos políticos e a intervenção estatal nos sindicatos. Em seu governo foi instituído o bipartidarismo, representado pelos seguintes partidos: Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e Movimento Democrático Brasileiro (MDB), sendo este a oposição. Como coloca Petta, tratava-se de uma oposição “consentida, ou seja, o grupo podia fazer oposição, desde que não atrapalhasse os projetos mais importantes do governo” (Ibid, p. 267).

Em 1967 foi criada uma nova Constituição. Esta confirmava e institucionalizava o regime militar e suas formas de atuação. Assumiu a presidência o general Arthur da Costa e Silva, eleito indiretamente pelo Congresso Nacional, e seu governo foi marcado por protestos e manifestações sociais. Nesse período cresceu a oposição ao regime militar, explicitada por meio de passeatas organizadas pela UNE (União Nacional dos Estudantes) e por greves de operários, bem como pelo início da guerrilha urbana. Os principais grupos de esquerda eram a Aliança Libertadora

Nacional (ALN), o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8) e a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR).

“O combate a esses grupos mobilizou quase toda a força militar existente no Brasil na época (...) Mesmo depois de ter aniquilado a guerrilha, o governo não desmontou o aparato repressor” (Ibid, 267), o que significou, em termos de prisões e torturas, um número aproximado de trinta mil presos políticos.

No dia 13 de dezembro de 1968, o governo decreta o Ato Institucional Número 5 (AI-5), considerado o mais duro do governo militar, pois previa a aposentadoria compulsória de juízes, cassação de mandatos, encerramento das garantias do habeas-corpus e aumento da repressão militar e policial. O DOI-Codi (Destacamento de Operações e Informações e ao Centro de Operações de Defesa Interna) surge atuando como centro de investigação e repressão do governo.

Em 1969, a Junta Militar indicou como novo presidente o general Emílio Garrastazu Médici. Conforme Petta, durante seu governo “a repressão, a censura e os abusos contra os cidadãos atingiram o ponto mais crítico de todo o período militar. Os porões da ditadura, como falavam os políticos de esquerda, ficaram repletos de presos, pessoas torturadas e muitos mortos” (Ibid, p 267).

É importante lembrar que, concomitante a todos esses fatores, financeiramente o país crescia no chamado Milagre Econômico, termo cunhado para referir-se ao aumento do PIB brasileiro (crescimento de quase 12% ao ano) e diminuição da inflação (aproximadamente 18%). Com investimentos internos e empréstimos do exterior, houve um avanço na infra-estrutura do país que diminuiu também a taxa de desemprego. Esse crescimento, entretanto, acabou por gerar uma dívida externa elevada para os padrões econômicos do Brasil.

Em 1974 assumiu a presidência o general Ernesto Geisel, que deu início ao processo de transição do regime militar para o regime democrático. Seu governo coincidiu com o fim do milagre econômico. A crise do petróleo e a recessão mundial também interferiram na economia brasileira e os créditos e empréstimos internacionais diminuiram.

Geisel anunciou a abertura política “lenta, gradual e segura”, expressão que se tornou o lema desse movimento. A oposição política começou a ganhar espaço, e nas eleições de 1974, o MDB conquistou 59% dos votos para o Senado, 48% da Câmara dos Deputados e ganha a prefeitura da maioria das grandes cidades.

Em 1978, Geisel revogou o AI-5, restaurou o habeas-corpus e abriu caminho para a volta da democracia no Brasil. A vitória do MDB nas eleições em 1978 acelerou esse processo. O general João Baptista Figueiredo decretou a Lei da Anistia, concedendo o direito de retorno ao Brasil para os políticos, artistas e demais brasileiros exilados e condenados por crimes políticos.

Em 1979 o governo restabeleceu o pluripartidarismo no país. A ARENA passou a ser PDS, enquanto o MDB passou a ser PMDB. Outros partidos foram criados, como: Partido dos Trabalhadores (PT) e o Partido Democrático Trabalhista (PDT). Nos últimos anos do governo militar, o Milagre Econômico já não existia mais, com o aumento da inflação é alta e da recessão.

Em 1984 ocorreu o movimento das Diretas Já, com a participação de milhões de brasileiros. O movimento era favorável à aprovação da Emenda Dante de Oliveira que garantiria eleições diretas para presidente naquele ano. Esta não foi aprovada pela Câmara dos Deputados, mas no dia 15 de janeiro de 1985 o Colégio Eleitoral escolheu o deputado Tancredo Neves, que concorreu com Paulo Maluf, como novo presidente da República. Fazia parte da Aliança Democrática – o grupo de oposição formado pelo PMDB e pela Frente Liberal.

Era o fim do regime militar.

2.3 PORQUE O BRASIL ACONTECE NO CAMPO

Faremos agora um breve histórico da trajetória do futebol no Brasil, iniciada por volta de 1894 com Charles Miller.

O futebol é considerado tradicionalmente um esporte inglês, embora muitos outros povos tenham se declarado seus inventores. Há indícios de que o jogo era conhecido na China, no Japão e na Grécia, por exemplo, há cerca de 3000 a.C. Havia diferenças quanto às regras e estilos de jogo, mas a estrutura básica do esporte já tinha sido delineada.

Entretanto, foi na Inglaterra que o futebol se tornou mais semelhante ao que é hoje. Em 1175, data do primeiro registro, era um jogo simples onde freqüentemente ocorriam agressões e atos de violência. Estes eram por vezes tão extremos que o esporte chegou a ser proibido em 1700. Houve então uma reestruturação e formalização das regras, que permitiram ao jogo a adesão de mais adeptos, e a perda de algumas das características violentas de antes. Algumas escolas inglesas começaram a utilizá-lo como prática esportiva.

Foi em uma dessas escolas que Charles Miller aprendeu o jogo e o trouxe para o Brasil. Embora no início não houvesse maiores interesses pelo novo esporte, este logo chamou a atenção da alta sociedade brasileira. O primeiro clube de futebol foi fundado em 1900. O primeiro campeonato ocorreu em 1902 em São Paulo. Segundo Bellos (2003), essa origem européia fez com que o futebol se estabelecesse inicialmente como um esporte da “elite branca e urbana do Brasil”. Havia ainda fortes influências do estilo inglês, que se faziam notar na torcida, nas táticas de jogo e até no próprio nome do esporte – *foot-ball*.

Nessa época, na virada do século, o Brasil estava atravessando o processo de abolição da escravatura. Oficialmente, a escravidão terminara em 1888, mas, devido ao grande número de escravos que antes havia no país e à forma como a abolição foi conduzida, as transformações que a mudança fatalmente provocaria na sociedade ocorreram de forma turbulenta. Surgiu então uma vasta classe de excluídos nas cidades brasileiras, exclusão esta que se estendia também ao futebol. Embora houvesse interesse da parte dos negros, tanto de jogar como de assistir aos jogos, não tinham permissão para entrar no estádio e nem de se integrar aos times.

O ponto mais atrativo do futebol era o fato de que se tratava de um esporte fácil de se praticar, bastando, para tal, um objeto redondo e traves improvisadas. Assim, o jogo informal, que dispensava equipamento e até mesmo o campo demarcado, rapidamente adquiriu adeptos entre os que não tinham acesso à estrutura inglesa da alta-sociedade.

Assim, por volta de 1910, o esporte era popular em todas as camadas sociais. “O futebol adquiria reputações opostas” diz o autor “era tanto o passatempo privado dos ricos quanto a brincadeira preferida dos marginais” (BELLOS, 2003, p.36)

Mesmo assim, poderíamos nos questionar a razão pela qual o futebol atingiu tamanha aceitação social, a ponto de chegar a ser considerado uma paixão nacional. Como coloca Pimenta:

Por que, então, o futebol massificou-se no Brasil? Quais as razões deste fenômeno viver n’alma do povo brasileiro? Nas obras de Mário Filho e Joel Rufino dos Santos, embora não esteja explícita tal alegação, o futebol passa a existir como um fenômeno de massa, no Brasil, a partir da inclusão do negro dentro das quatro linhas do campo e da transição do jogo amador para profissional. De grosseiro, barulhento e mal-acabado, transforma-se num jogo moleque, genial, desconcertante, refinado, uma verdadeira arte, uma dança de encher os olhos, enfim, adquire uma feição de mulato e negro. (PIMENTA, 1997, p. 41)

Essa é uma idéia que encontra consenso entre os pesquisadores – a influência dos jogadores negros no estilo e na técnica do futebol brasileiro.

A entrada destes no mundo do futebol passou por muitos empecilhos. Como mencionamos acima, a escravidão acabara de ser abolida e o preconceito racial era extremamente acirrado. A participação dos negros no esporte foi um processo gradual, muitas vezes ocorrendo de forma disfarçada. Alguns jogadores alisavam o cabelo, outros embranqueciam a pele com pó-de-arroz.

Essas histórias, hoje consideradas anedóticas, nos permitem compreender já no início de sua trajetória o esporte como espelho da sociedade da época.

O regulamento para os sócios dos grandes clubes consistia essencialmente de regras para manter o esporte o mais branco e classe alta possível. O futebol trouxe uma justificativa para reconsolidar teorias de supremacia branca, que tinham sido postas em dúvida pela abolição da escravidão. A insistência com o amadorismo – que requeria dos atletas uma fonte alternativa de rendimentos – era uma barreira efetiva para os jogadores das camadas mais pobres (BELLOS, 2003, p. 37)

Curiosamente, o primeiro clube a aceitar jogadores independentemente de raça e origem foi o Vasco da Gama⁴, time formado pela população portuguesa. O critério de seleção dos atletas era a habilidade no jogo. O time contornou varias questões que poderiam ter servido de empecilho, como a exigência de emprego fixo dos atletas (solucionada dando-lhes empregos nas lojas portuguesas), por exemplo.

Em resposta, os outros times fundaram uma liga e excluíram o Vasco, impondo-lhes uma série de condições que, ainda que não exigissem a exclusão dos jogadores negros, tinham como fim atingir este efeito. O time, entretanto, cumpriu todas as exigências e manteve seu quadro de atletas, iniciando a entrada desses jogadores no circuito do esporte.

Contribuiu também com o fim do amadorismo. Nos anos 30, quando times europeus começaram a contratar jogadores latino-americanos, o profissionalismo tornou-se o recurso para manter os jogadores no país. Surgiram as ligas profissionais, sem distinção de classe. Segundo Bellos “o futebol, antes um privilégio da elite, finalmente tinha sido eclipsado pelas massas” (ibid, p. 38).

A questão dos jogadores negros envolve múltiplas facetas da sociedade e dos processos de inclusão e exclusão, sobre os quais não nos deteremos extensivamente por não ser o enfoque

⁴ Embora haja uma certa discordância quanto a esta questão. Utilizamos como fonte a afirmação de Bellos (2003)

desta pesquisa. Entretanto, convém-se destacar que a própria entrada do jogo no país deu-se de forma a refletir e, de certa forma, até mesmo justificar questões sociais da época. Como coloca o autor citado acima, a estrutura dos jogos prestava-se ao serviço de reconstrução de teorias de supremacia branca, que sofreram um abalo com a abolição da escravatura. A suposta superioridade branca era colocada em campo, se nos permitem o trocadilho, durante os jogos esportivos.

Essa relação está posta na própria história do futebol. Portanto, não é surpresa quando, posteriormente, foi utilizada pelo governo como método de propaganda, conforme veremos a seguir. Mas para entender como isto se deu, devemos antes destacar um fenômeno que ocorreu em relação ao futebol no Brasil: a associação do futebol com a identidade nacional.

Ainda segundo Bellos (2003), podemos ver traços desse fenômeno na questão já mencionada dos jogadores negros. Segundo o autor, a aceitação destes jogadores esteve ligada às idéias de Gilberto Freyre, primeiro autor a considerar a miscigenação racial um ponto positivo na sociedade brasileira, segundo o qual esta daria ao povo brasileiro características de todos os grupos étnicos envolvidos e contribuiria então para que as qualidades de ambos, negros e europeus, se potencializassem mutuamente.

Embora haja certas críticas ao pensamento do autor, devemos admitir que seu raciocínio exerceu grande influência na visão brasileira a respeito da mistura de raças. Então, segundo Bellos, “os jornalistas esportivos adaptaram as teorias de Freyre, popularizando a idéia de que não apenas havia um estilo brasileiro próprio, mas que este estilo era um orgulhoso anúncio das características únicas da constituição racial do país” (ibid, p. 41).

Vemos então o futebol como emblema de uma suposta aceitação e igualdade racial no país. Por que suposta? Porque muitos autores questionam a veracidade da afirmativa de que no Brasil não há preconceito racial, afirmando que este existe de forma disfarçada⁵, em ações e discursos aparentemente em defesa da igualdade.

Como mencionado, a escravidão fora abolida recentemente. Embora esse fato representasse um inegável avanço na direção da igualdade racial, não foi completamente efetivo, no sentido de diminuir as idéias pré-concebidas presentes na sociedade a respeito dos negros. Essa questão também é abordada por Crochik⁶ (1995) ao discutir a questão do contato como

⁵ Aqui usamos o conceito elaborado por Crochik (1995), que define o preconceito como idéia pré-concebida que não se baseia num raciocínio lógico, mas possivelmente a partir de elementos fundamentais do psiquismo do indivíduo.

⁶ E por Adorno, também citado pelo autor.

forma de diminuir ou aumentar o preconceito já existente. Sabemos que no Brasil, tendo sido o fim da escravidão um ato isolado⁷, o fim efetivo da desigualdade se tornou quase impossível.

Retomando nosso raciocínio: embora na “vida real” o preconceito ainda fosse bem presente, nos campos de futebol este aparentava diminuir. Mostrava-se então, nos jogos, a imagem de um país sem preconceito, onde todos tinham iguais chances de sucesso – afinal, os melhores jogadores eram negros.

Ao abordar essa questão, pretendemos então destacar esse ponto: seja no primeiro momento com a proibição da presença de jogadores negros, seja posteriormente com a ênfase em suas habilidades (efetivamente excepcionais), podemos traçar um paralelo entre o jogo e as relações sociais da época.

Continuemos a história do futebol. À medida que o jogo se ligava à identidade do país, também começava a mobilizar grandes demonstrações de patriotismo, vista claramente nos jogos contra clubes de nações como a Argentina, em 1908, e a Inglaterra, em 1914.

O futebol chegou numa época em que o Brasil, que havia se tornado uma república somente em 1889, estava a procura de sua própria identidade. A rápida disseminação do jogo proporcionou à população urbana, carente de símbolos nacionais, uma experiência comum (Bellos, 2003, p.42)

Isso explicaria a apropriação do jogo em outros momentos históricos. O próprio autor cita o presidente Getúlio Vargas como o primeiro a fazer uso desse poder que o futebol desenvolveu de unificar e representar o país no plano ideológico. Nessa época o esporte serviu como combustível para os ideais de nacionalismo e harmonia social. Houve uma centralização do esporte, a criação de um conselho nacional e federações regionais e o financiamento dos gastos do Brasil na Copa de 1938, para qual a filha de Vargas viajou acompanhando a delegação.

Embora tenha tido um bom desempenho, o Brasil não chegou à final. Não fez diferença – o principal jogador da época, Leônidas da Silva, foi praticamente considerado um herói nacional, pois “encarnava a essência do Brasil. O futebol jogado à *brasileira* já era o símbolo mais potente do nacionalismo – duas décadas antes que o Brasil ganhasse a Copa do Mundo” (Ibid, p.42).

Claro que há uma diferença entre o fenômeno até certo ponto espontâneo que ocorreu no caso dos jogadores negros e o uso orquestrado do esporte como propaganda de um governo

⁷ Aqui nos referindo ao fato de que não houve um esforço de colocar os ex-escravos no mercado de trabalho, por exemplo, ou de proporcionar condições para que estes pudessem construir suas vidas nas mesmas condições de todos os outros cidadãos,

específico, mas em ambos os casos vemos o mesmo substrato: o poder de mobilização do futebol e sua eficiência no processo de formação de opinião.

Veremos agora mais detidamente o período de que se trata essa pesquisa: o que aconteceu com o futebol durante a ditadura militar em 1964-85, enfocando as Copas do Mundo.

Com o início da ditadura militar, a interferência do Estado se estendeu para as mais diversas áreas da vida cotidiana. Fosse por meio da influência ou da censura (aqui dirigida tanto à mídia quanto as manifestações artísticas), criou-se uma inter-relação muito forte entre o poder estatal e as outras instâncias e instituições sociais.

No caso do futebol, essa influência manifestou-se na forma de intervenções diretas na escalação dos times e no esquema tática dos jogos (ou, pelo menos, tentativas de intervenção, como veremos a seguir).

Segundo Agostino:

O estado, reorganizado pelos novos donos do poder, estabeleceu a partir daí uma série de imposições disciplinadoras no universo esportivo. Uma dessas primeiras demonstrações, com vistas a enquadrar nosso futebol às novas diretrizes governamentais, foi o cancelamento, pela Confederação Brasileira de Desportos (CBD), de uma partida entre as seleções brasileira e soviética. (REVISTA NOSSA HISTÓRIA, 2004, p.14)

Lembramos que, nesse momento, o mundo estava dividido em dois blocos: capitalista, representado pelos Estados Unidos da América, e socialista, representado pela hoje extinta U.R.S.S. Essa dicotomia refletia-se nas ações internacionais de ambos os países, na medida em que se enfrentavam em embates tanto ideológicos quanto efetivamente armados. E, como visto anteriormente, o próprio golpe militar no Brasil e em outro países da América do Sul estava relacionado à esta questão.

Quanto ao futebol, supostamente uma forma de entendimento entre as nações e diferentes culturas, tornou-se um emblema dessa divisão entre sistemas econômicos. Agostino prossegue afirmando que essa medida desarticulou a aproximação do Brasil com os países do bloco socialista.

Outra intervenção ocorreu em 1966, ano em que os jogos foram sediados na Inglaterra. Havia uma grande expectativa quanto às possibilidades de vitória da seleção brasileira, e,

segundo Agostino, chegou-se a cogitar a confecção de uma nova taça, pois a *Jules Rimet*⁸ com certeza se tornaria posse definitiva do Brasil.

Entretanto, a seleção foi eliminada nas oitavas-de-final. Na volta para o Brasil, desembarcaram no aeroporto vigiados por agentes do Serviço Nacional de Informações (SNI). Falou-se em investigações a respeito do fraco desempenho do time durante os jogos, sendo que estas seriam realizadas pelo governo.

Agostino continua:

“Acalmados os ânimos e demovidas as intenções governamentais de formar uma Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar o fracasso brasileiro na Inglaterra, João Havelange, presidente da CBD⁹, impôs uma série de mudanças na estrutura da seleção, principalmente a partir da criação da Comissão Seleccionadora Nacional (COSENA), estrutura esportiva claramente inspirada no modelo militar que caracterizava a política brasileira no período. (...) O órgão não conseguiu os resultados que dele se esperava, uma vez que a seleção brasileira colecionou uma série de maus resultados em uma excursão feita à Europa, coroando o fiasco com uma derrota para o México, em pleno Maracanã, no Rio de Janeiro.” (Ibid, p 15)

A COSENA foi dissolvida logo depois, e novas estratégias foram desenvolvidas para elevar o nível do futebol brasileiro. Uma delas foi a contratação de João Saldanha como técnico da seleção.

Saldanha era contrário aos valores golpistas, e sua posição política não era desconhecida nem dos líderes do governo nem da população em geral. A contratação de Saldanha trouxe vantagens e desvantagens. Os pontos positivos eram a melhora visível na qualidade do futebol brasileiro e a aceitação do técnico junto à população (embora esta tivesse demorado um pouco para surgir). Os pontos negativos eram, em primeiro lugar, o fato de que este não apoiava as políticas governamentais, e, em segundo, a facilidade com que ele expunha esta discordância, o que poderia estimular as críticas da população ao governo.

A interface entre política e futebol continuou a crescer:

Futebol e política se encontrariam com frequência nos meses seguintes, logicamente com atritos crescentes entre o técnico e o governo federal. Este, aliás, passando por tribulações desde o que da 27 de agosto de 1969, quando o presidente Costa e Silva sofreu o que se diagnosticara como um acidente vascular cerebral (Ibid, p. 16)

⁸ Troféu inicialmente conhecido como *Taça do Mundo* ou *Coupe du Monde*, renomeado em 1946 em homenagem ao presidente da FIFA responsável pela primeira edição do torneio. Em 1970, com a terceira vitória da seleção brasileira, a mesma ganhou o direito ter a posse permanente da taça. Contudo, ela foi roubada da sede da CBF em dezembro de 1983 e acredita-se que tenha sido derretida.

⁹ Atual CBF (Confederação Brasileira de Futebol).

A declaração oficial de que o governo seria assumido por uma junta militar deu margem a uma porção de boatos, que incluíam desde suspeitas de um resfriado até a morte do presidente. O anúncio ocorreu no dia da última partida das eliminatórias para a copa de 70 e, segundo o biógrafo de Saldanha, João Máximo, o presidente da CDN (Conselho Nacional de Desportos) pediu-lhe que proclamasse um minuto de silêncio no Maracanã em memória do supostamente falecido Costa e Silva. Saldanha teria recusado, argumentando que o pedido não seria levado a sério pelos torcedores. Entretanto, disse posteriormente que esse anúncio público seria, na verdade, um teste da aceitação política do presidente e da reação popular diante de uma notícia de relevância para o governo.

Diga-se que, neste jogo, o Brasil venceu o Paraguai por 1x0. A sucessão de vitórias e a classificação do Brasil para a Copa do Mundo pareciam sugerir que o treinador teria agora um período de estabilidade. Entretanto, um novo personagem entrou em cena, indicado pela junta militar: o general Emílio Garrastazu Médici.

Durante seu mandato, cresceram drasticamente tanto a repressão quanto relação entre o esporte e a política. Médici era realmente interessado por futebol, a ponto de interromper reuniões ministeriais para saber resultados de jogos, e tinha o costume de freqüentar os estádios. Essa postura o aproximava da população brasileira, tornava-o semelhante aos outros torcedores.

Promovia-se assim uma importante estratégia de propaganda da Assessoria Especial de Relações Públicas da Presidência (AERP), no sentido de transformar o general Médici em torcedor número 1 da nação, articulando os triunfos futebolísticos à imagem de Brasil-potência que o governo se esforçava em difundir. (Ibid, p. 17)

Pouco depois, o centésimo gol de Pelé abriu novas possibilidades para a interação futebol-poder. O jogador foi recebido pelo presidente, que lhe concedeu a medalha de mérito nacional e o título de comendador. Organizaram-se edições comemorativas de selos, medalhas, bustos, placas e troféus. Nesta época surgiu também a Loteria Esportiva, instituída por Médici. De acordo com Pimenta, a legalização do jogo ilegal “assume características políticas e ideológicas, recriando a possibilidade de integração nacional” (Ibid, p. 48). Refere-se à possibilidade de ascensão social por meio das apostas.

Entrementes, Saldanha continuava criando problemas para o governo, recusando-se a seguir as determinações do presidente quanto à escalação de jogadores¹⁰. Esse caso poderia não ter recebido tanta atenção, se tudo estivesse correndo bem em outros aspectos. Mas a independência política do técnico vinha preocupando o alto escalão do governo, e temia-se que ele utilizasse a projeção que teria na mídia durante a Copa para expor certos aspectos menos agradáveis da política interna brasileira.

Temia-se que o treinador chegasse ao México com uma lista de presos políticos no bolso, e, em entrevista coletiva, diante de microfones e câmeras do mundo todo, denunciasse o desrespeito aos direitos humanos que vinha ocorrendo no Brasil. Mais do que Dario ou episódios envolvendo outros jogadores e técnicos, esta era uma preocupação muito séria para a imagem que a ditadura queria promover de si mesma no exterior. E como, bem ou mal, Saldanha era popular, pretextos paralelos ganharam mais projeção do que deviam. (Ibid, p. 18)

Por fim a comissão técnica acabou sendo dissolvida, e Mário Jorge Lobo Zagallo assumiu o lugar de técnico da seleção. Com essas mudanças, o que ocorreu foi a completa militarização da delegação que conduziu a seleção brasileira ao México. Chefiada pelo major-brigadeiro Jerônimo Bastos, era composta somente por militares, alguns ex-integrantes da COSENA.

Depois da conquista do tricampeonato, a vitória da seleção foi explorada de todas as maneiras possíveis, desde o feriado nacional, proclamado pelo presidente para que o país pudesse celebrar, até os discursos e prêmios e fotos e paradas. Como diz Agostino, “para os mais diretamente ligados ao governo, repetir o discurso oficial era fácil, uma vez que bastava relacionar o desempenho da Seleção ao momento de euforia econômica que se convencionou chamar de Milagre Brasileiro” (Ibid, p. 19)

Curiosamente, esse foi um período lembrado com saudade por muitos torcedores como um grande exemplo do que o futebol brasileiro tem a oferecer de melhor, um exemplo do que se chama no Brasil de “futebol-arte”.

¹⁰. O jogador Dario Maravilha. Nesse momento Saldanha teria dito a célebre frase: “pois olha: o presidente escala o ministério dele e eu escalo o meu time”.

3 MÉTODO : O PRIMEIRO TEMPO

Dado que o objetivo colocado não é esgotar o tema proposto, mas iniciar uma análise a respeito do mesmo, classificamos a pesquisa como exploratória, gênero definido por Gil como tendo “o objetivo de proporcionar uma visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado problema” (1994, p. 45).

Foi utilizada como fonte de dados exemplares selecionados do jornal Folha de São Paulo. Foram coletadas capas e textos internos de exemplares de junho de 1970 referentes à copa do mundo, enfocando as reportagens e comentários que faziam alusão direta à relação dos jogos com a política interna brasileira.

Após uma leitura prévia, foram selecionadas para análise as primeiras páginas dos dias 07.06, 21.06 e 22.06, bem como uma coluna interna do dia 16.06 e do dia 21.06. Estas datas se aproximavam das datas dos jogos, sendo talvez as mais significativas as capas do dia 21.06, véspera do último jogo contra a Itália, e a do dia 22.06, véspera do retorno dos jogadores vitoriosos.

Foi realizada então uma análise do conteúdo dos textos selecionados, na qual emergiram temáticas que possibilitaram a construção de três categorias gerais: “1- Estratégias Jornalísticas”, “2- A Paixão pelo Futebol e o Super-Brasileiro” e “3- Tempos de Milagre”.

Após a categorização, os dados foram interpretados no confronto com a totalidade dos dados e com a realidade do momento histórico em questão, utilizando-se como base teórica para tal principalmente o pensamento da filósofa Marilena Chauí. .

4 DISCUSSÃO E ANÁLISE DOS DADOS : O SEGUNDO TEMPO

Analisando os dados coletados, percebemos a emergência de algumas categorias específicas, baseadas nos seguintes eixos: a forma pela qual os jornais apresentavam os discursos e posturas dos líderes políticos e o conteúdo desses discursos.

Assim, na primeira categoria, *Estratégias Jornalísticas*, realizamos uma análise até certo ponto metalingüística, considerando as estratégias utilizadas pelo jornal para apresentar a posição do presidente Médici.

Na segunda e na terceira categorias analisamos o conteúdo de suas falas. Quanto a estas, duas temáticas chamaram a atenção, principalmente por sua repetição durante este período. São as ênfases na idéia do presidente como semelhante aos demais brasileiros por seu gosto pelos jogos do futebol, estabelecendo assim um parâmetro de identificação, e a questão da harmonia entre a população como necessária ao desenvolvimento. Analisamos estas duas idéias nas categorias *Paixão pelo Futebol e o Super- Brasileiro* e *Tempos de Milagre*, respectivamente.

Para fundamentar nossa análise, gostaríamos de, inicialmente, destacar que a relação do brasileiro com esta modalidade esportiva está pautada por uma mediação ideológica. O futebol é um esporte tratado historicamente como o esporte nacional, quase uma característica intrínseca do brasileiro.

Essa percepção foi construída por meio dos processos de naturalização, explicados por Chauí da seguinte forma:

A naturalização surge sob a forma de idéias que afirmam que as coisas são como são porque é natural que assim sejam. As relações sociais passam, portanto, a ser vistas como naturais, existentes em si e por si, e não como resultados da ação humana. (CHAUI, 2000, p.217)

Deste modo, a paixão pelo futebol passa a ser considerada um traço comum a todos os brasileiros e associado à própria idéia de identidade nacional, portanto de igual importância para todos os habitantes do país, visto que:

O Brasil tem no futebol o maior referencial de cultura massificada e, face ao seu grande sucesso, não só entre a massa, mas também nas competições internacionais, faz com que o povo (...) sinta o orgulho de ter tido a sorte divina de nascer no “país da bola”. (PIMENTA, 1997, p.46)

A naturalização está na concepção de que, para o brasileiro, o gosto pelo futebol é indiscutível - como um traço de personalidade. Surge a idéia de que, para que um brasileiro se considere efetivamente com tal, é necessário apreciar o futebol. O amor pelo esporte passa a ser patriotismo, amor pelo país.

Lembramos que, com o início da ditadura militar, a interferência do Estado se estendeu para as mais diversas áreas da vida cotidiana. Fosse por meio da influência ou da censura (aqui dirigida tanto à mídia quanto as manifestações artísticas), criou-se uma inter-relação muito forte entre o poder estatal e as outras instâncias e instituições sociais.

No caso do futebol, essa influência deu-se na forma de intervenções diretas na escalação dos times e no esquema tática dos jogos. Citamos a Revista Nossa História:

O estado, reorganizado pelos novos donos do poder, estabeleceu a partir daí uma série de imposições disciplinadoras no universo esportivo. Uma dessas primeiras demonstrações, com vistas a enquadrar nosso futebol às novas diretrizes governamentais, foi o cancelamento, pela Confederação Brasileira de Desportos (CBD), de uma partida entre as seleções brasileira e soviética. (REVISTA NOSSA HISTÓRIA, 2004, p.14)

Consideremos então o fato de que Médici foi, continuamente, apresentado pelos jornais como um apaixonado pelo futebol. O discurso da mídia sobre o presidente (parcialmente levantado neste estudo) manifesta as características “essenciais” do homem brasileiro, tornando-o um exemplo, um modelo, ou mesmo, referencial de identidade para o brasileiro. Excluem-se outros atributos e características em face deste único traço que o qualifica como alguém exemplar e, para usar um termo coloquial, alguém “como nós”. Temos, então, a evidenciação da possibilidade dos processos de identificação da população, com a figura do presidente, por meio da dimensão do amor pelo esporte.

Convém destacar que Médici tem um discurso aparentemente coerente, se desconsiderarmos os fatos historicamente comprovados que ocorreram em seu mandato. Como coloca Pimenta, “a conquista do tri-campeonato mundial contribuiu para melhorar a imagem do regime militar autoritário e camuflar as atrocidades repressivas cometidas naqueles tempos” (PIMENTA, 1997, p.49).

Lembrando que esse foi o auge da tortura e dos exílios, é curioso notar a postura de cuidado e emotividade que ele, por vezes, adota. Estão presentes, nos discursos publicados, palavras como paixão, união, harmonia, como veremos mais profundamente na análise das

categorias. Destacamos a questão ideológica contida aqui: a relação da população com o país, que ocorre, evidentemente, pela via da participação política e comunitária, está permeada pelo sentimento de patriotismo construído, dificultando, assim, que as contradições vividas na vida cotidiana possam ser percebidas. Críticas, então, são consideradas expressões da falta de afeto e de empenho pela melhora do país. Criou-se então uma situação onde todos os brasileiros formam uma equipe, e os que se opõem ao sistema, encabeçado pelo presidente - brasileiro exemplar - estão fora do time.

Conforme Chauí:

(...) sociedade civil não é A Sociedade, isto é, uma espécie de grande indivíduo coletivo, um organismo feito de partes ou de órgãos funcionais que ora estão em harmonia e ora estão em conflito, ora estão bem regulados, ora estão em crise (CHAUI, 1989,p.76)

Ao considerar a sociedade brasileira como tal, constrói-se uma concepção que a autora aponta como fundamentalmente ideológico: a ocultação da contradição existente na estrutura social. No caso mencionado, ao discutir a harmonia e a união sob o comando de um líder que se assemelha à população, os membros dessa sociedade que apresentam para ela diferentes propostas deixam de ser membros – tornam-se opositores.

Segundo a autora (1989), a ideologia é formada principalmente de idéias que, embora sejam advindas do contexto histórico em que são formadas, e, portanto, dele representativas, se propõem a explicar a realidade como se fossem dela dissociadas. Assim, ideologia seria um conjunto de juízos, pensamentos e visões-de-mundo que supostamente explicariam o real, mas seriam por ele explicados.

Transpondo essa questão para o plano político, vemos que os exílios e as torturas, sabidamente exacerbadas neste período, passam para o segundo plano, pois Médici compõe para si uma figura pública amável e carismática que oculta as questões menos atraentes de seu governo. Dentro desta linha de raciocínio temos que essas questões consistiam, na verdade, em uma exclusão necessária de pessoas que não estavam colaborando com a grande equipe que era o Brasil.

Assim, concentraremos nossa atenção, inicialmente, na criação da imagem positiva do presidente Médici, destacando os mecanismos de identificação e as estratégias utilizadas para que estes ocorressem, abordadas na categoria I.

4.1 CATEGORIA I- ESTRATÉGIAS JORNALÍSTICAS

No caso da identificação da população com a imagem do presidente, percebemos dois diferentes níveis nos quais esta se deu, níveis estes intrinsecamente relacionados. O primeiro consiste nos discursos do presidente e de seus assessores, seus atos e sua forma de expressão. O segundo se atem à leitura feita destes discursos pelos jornais analisados, ou seja, à forma como foram apresentados à população.

Optamos por esta diferenciação pelo fato de que, quando não há uma concordância entre os meios de comunicação e os representantes do poder político, as reportagens costumam ser pautadas pela opinião crítica – que pode ou não ser correta - dos que as escreveram. Torna-se, então, relativamente fácil notar a contradição existente entre as declarações presidenciais e a visão apresentada pelo jornal.

Não foi o que ocorreu no caso do presidente Médici, cujas declarações eram confirmadas e apoiadas pelos jornais que as publicavam, contribuindo para compor uma imagem positiva e confiável de um homem preocupado com os problemas e questões emergentes no país. Citamos como exemplo a estiagem no Nordeste, uma questão recorrente na história brasileira.

Na Folha de São Paulo em 07/06/1970, a manchete era “Isso Não Pode Continuar”. A parte superior da página foi dividida por uma fotografia retratando o treino dos jogadores e a reportagem cobrindo a reação presidencial ao visitar lugares atingidos pela seca no Nordeste. A declaração do presidente, impressa na íntegra, consistia em uma manifestação de desgosto e repúdio à situação nordestina. Citamos aqui alguns dos trechos mais ilustrativos:

“Vi tudo isso com meus próprios olhos, e conclui o que não cheguei a ver. Nada, em toda a minha vida me chocou assim e tanto me fez emocionar e desafiar minha vontade (...).”(FSP 07/06/70)

Aparentemente, as conseqüências da seca eram desconhecidas do presidente até essa visita. A ênfase de suas palavras é o sofrimento empático expressado, e a garantia de uma ação – ou, pelo menos, o desejo de uma ação.

“(...) o quadro que nós vimos não é o que devemos ver, quaisquer que sejam as desventuras, as calamidades e as inclemências da natureza. Forçoso é que nenhum de nós se conforme com essa triste realidade”.(ibid)

Ao apontar a inadequação da situação vivida pelos flagelados, o presidente retoma outro tema presente na maioria de seus discursos: a união da nação. Busca a união da população sob sua liderança.

Os dois elementos mais presentes no referido discurso de Médici são: o choque com a situação que presenciou e o desejo de estabelecer um plano de ação rápido e efetivo para solucioná-lo. Como afirmou em outro momento:

“Não me conformo, isso não pode continuar”. (ibid)

Consideremos, agora, a linguagem da reportagem ao referir-se ao presidente. No início, coloca:

(...) encerrando sua visita de três dias ao Nordeste, o presidente Médici fez um discurso em que afirmou emocionado (...) (ibid)

E, em seguida a declaração do presidente, o parágrafo final afirma:

“Na mesma reunião o ministro João Paulo dos Reis Veloso, do Planejamento anunciou providencias estabelecidas para enfrentar os problemas causados pela estiagem do Nordeste”. (ibid)

Temos, então, a declaração do presidente de que se encontra emocionalmente tocado pela situação nordestina, e que pretende agir rapidamente para resolvê-la. E a confirmação de uma fonte supostamente isenta, representadas pela Folha de São Paulo, de que ele de fato encontrava-se emocionado e que atitudes foram tomadas imediatamente.

Apresenta-se, então, uma imagem favorável do presidente que é apenas confirmada pela questão do futebol, abordada na categoria a seguir.

4.2 CATEGORIA II - A PAIXÃO PELO FUTEBOL E O SUPER-BRASILEIRO

Durante os jogos, várias ligações e contatos ocorreram entre Médici e a delegação que acompanhou os jogadores. Nestes, o presidente cumpria um papel de torcedor, elogiando o desempenho dos atletas e fazendo referência à “nossa vitória final”, como colocado na reportagem da Folha de São Paulo no dia 16.06, na qual consta também a afirmação dos jogadores:

“Quando jogamos sentimos que entre os milhões de brasileiros que nos acompanham está o nosso presidente, e isso é bom”. (FSP 16/06/70)

Não consideramos que a paixão do presidente pelo esporte seja, em si, um fato inventado para fins de relações públicas, ou mesmo uma tentativa de manipulação. O que desejamos apontar como tal é a forma como essa paixão foi tratada, e a relação estabelecida entre um gosto que, devemos admitir, é compartilhada por muitos outros brasileiros.

Consideremos então o discurso feito pelo presidente após a vitória da seleção brasileira na final da Copa, publicadas na Folha de São Paulo de 22.06. Este é um dos trechos mais representativos da questão que apontamos neste trabalho: a relação posta entre as formas de gestão política adotada na época e o desempenho brasileiro nos campos de futebol.

Durante este discurso, esta relação se tornou explícita:

“Na hora em que a seleção nacional de futebol conquista definitivamente a Copa do Mundo (...) desejo que todos vejam, no presidente da Republica, um brasileiro igual a todos os brasileiros (...) como um homem comum, como um brasileiro que, acima de todas as coisas, tem um imenso amor ao Brasil e uma crença inabalável neste País e neste povo”. (FSP 22/06/70)

Os processos de identificação, até então apenas indicados pelos discursos jornalísticos, através de formulações em pequenas notícias e comentários, são agora colocados abertamente. Vemos aqui o presidente assumindo seus atos como torcedor e seu apoio à seleção como um indicativo de sua semelhança aos outros brasileiros.

Percebemos também a apropriação da vitória como se esta fosse a maior conquista feita pela nação. Isto, em si, já é um fator a ser analisado. Os fatos que temos aqui são apenas a conquista de um título pelo time representante do Brasil. Porque este deveria ser tratado como uma vitória tão plena e satisfatória para o país como um todo? Se considerarmos as dimensões das comemorações que tomaram lugar após a final, veremos que houve no mínimo um certo exagero. Desde as passeatas feitas pelos jogadores, para que a população pudesse admirá-los, até o feriado nacional decretado para que as celebrações contassem com a participação nacional, tudo adquiriu um ar de festa e comemoração de imenso significado para o país.

No Brasil, pode-se dizer que a atenção dada aos campeonatos de futebol passou por um processo de naturalização – em outras palavras, tornou-se algo indiscutível, considerado um atributo natural de todos os brasileiros. Entretanto, percebemos que esse interesse foi algo desenvolvido devido a certas características do período histórico em que o futebol surgiu e a sua evolução na nossa sociedade e, no caso dessa Copa específica, que houve um grande interesse do presidente no sentido de que realmente os jogos assumissem relevância.

Em outras palavras, havia, na Copa de 1970, um esforço para que os jogos fossem considerados representativos da realidade brasileira, pois, se tal não ocorresse, a comparação feita após a vitória seria destituída de sentido, pois não haveria relação nenhuma entre um jogo e a figura do presidente.

Entretanto, com toda a campanha para que tal relação se estabelecesse, tornou-se fácil, após a vitória, comparar o desempenho do time ao desempenho brasileiro, tanto frente à comunidade internacional como frente aos problemas internos que, como se sabem, atingiram dimensões elevadas no governo Médici.

Retomemos as palavras presidenciais:

“E identifico na vitória conquistada na fraterna disputa esportiva, a prevalência de princípios de que nós devemos amar para a própria luta em favor do desenvolvimento nacional (...)”.(FSP 22/06/70)

O presidente começa a apontar os fatores que teriam sido relevantes para a vitória. Temos, entre a capacitação técnica e física, a menção a valores, e é a esses que vamos nos ater. Após breve leitura torna-se clara a importância atribuída a esses, mais do que aos aspectos técnicos. Nota-se também a transposição desses valores para o contexto político, a referência ao país como um time que deve funcionar harmoniosamente.

Os valores mencionados pelo presidente são os que seguem:

“(...) a vitória da unidade de convergência de esforços, a vitória da inteligência e da bravura, da confiança e da humildade, da Constância e da serenidade, da capacitação técnica, da preparação física, e da consistência moral (...) venceram porque souberam ser uma harmoniosa equipe, em que, mais alto que a genialidade individual, afirmou-se a vontade coletiva”. (ibid)

Temos então referência à unidade de convergência de esforços, retomada posteriormente quando afirma a supremacia da vontade coletiva sobre a “genialidade individual”.

Em face desta colocação, retomamos algumas características do estilo de governo presente nesta época: tratava-se de um governo totalitário, onde não havia espaço para críticas ou movimentos discordantes. O único partido político de oposição era similar em princípios ao partido dominante, havia censura em praticamente todos os âmbitos da produção humana e, em suma, a possibilidade de posições divergentes da assumida pelo governo não encontrava nenhuma tolerância.

O golpe militar convém lembrar, teria sido dado supostamente em prol do bem maior, consistindo em uma resposta ao risco que a nação corria ao eleger um governo comunista. Esse era o discurso da época, embora agora seja fato conhecido a presença de outros interesses (internacionais, por exemplo) no sucesso do golpe.

A questão aqui, portanto, é que, por meio destas palavras, Médici reassume e justifica a posição que instaurou no país uma situação de dominação. Como coloca Chauí (1989), o discurso supostamente democrático pode ser uma estratégia de ocultação da dominação de uma minoria.

Médici afirma que o que conquistou a vitória para a seleção foi, fundamentalmente, a harmonia na equipe. Afirma também que esse elemento proporcionará o que chama de “desenvolvimento nacional”.

A questão que desejamos destacar é o fato de que o presidente, em um momento onde a prevalência da democracia era, no mínimo, questionável, conclama a população a oferecer apoio integral, pois esta seria a fórmula para a vitória.

Que vitória? Poderíamos perguntar. Considerando as características desenvolvimentistas e a estrutura assumida na época quanto à economia, podemos considerar que a vitória, para o país, consistiria no sucesso da política econômica, que abordaremos mais detalhadamente na próxima categoria.

4.3 CATEGORIA III - TEMPOS DE MILAGRE

Uma das características do governo militar foi a ênfase no desenvolvimento econômico, resultante no chamado Milagre Brasileiro.

Este consistia em uma melhoria na situação econômica brasileira, que se revelou ilusória. Considerando que a ênfase dada pelos líderes da nação era no desenvolvimento e crescimento, podemos nos questionar: de qual crescimento estava se falando?

Fundamentalmente, o desenvolvimento econômico (muitas vezes, em detrimento do crescimento social). Em linhas gerais, este consistia em uma diminuição da taxa de inflação e ênfase no capital externo.

A disponibilidade externa de capital e a determinação dos governos militares de fazer do Brasil uma "potência emergente" viabilizam pesados investimentos (...) No início da década de 70, a economia apresenta resultados excepcionais, com o PIB crescendo a 12 %, e o setor industrial a 18% ao ano. (Enciclopédia Virtual Brasileira)

O crescimento, neste sentido, foi de fato significativo, resultando inclusive na geração de grande número de empregos em todo o território nacional. Entretanto, como dito, este

crescimento se apoiava na estabilidade dos investimentos externos. Tinha, portanto, um custo muito alto, e os aspectos negativos não demoraram a surgir, principalmente na crise com o petróleo nos anos 70 e a alta internacional dos juros:

Com o financiamento externo mais caro, a economia brasileira entra num período de dificuldades crescentes, que levam o país, na década de 80, ao desequilíbrio do balanço de pagamentos e ao descontrole da inflação. O Brasil mergulha numa longa recessão que praticamente bloqueia seu crescimento econômico. (Enciclopédia Virtual Brasileira)

Assim, o custo do crescimento foi uma dívida externa extremamente alta. Além disso, aumentou também a desigualdade social, pois a renda concentrava-se nas camadas mais privilegiadas da população. Em decorrência do rápido crescimento, a mão-de-obra especializada foi favorecida e o salário mínimo diminuiu consideravelmente. Neste período Médici teria dito a célebre frase "O país vai bem e o povo vai mal"

No início da década de 70, a situação social já se mostrava desanimadora. Os altos índices de miséria, o aumento na taxa de mortalidade infantil, uma série de questões que emergiram para apontar as falhas no plano de governo, somadas às dificuldades ocorridas no exterior (lembramos que o período em questão era a Guerra Fria e que havia, portanto, um clima generalizado de tensão), contribuíram para o final do Milagre Brasileiro.

Não pretendemos aqui esgotar a reflexão sobre o desenvolvimento econômico do Brasil. O que desejamos destacar nesta categoria de análise é, principalmente, a forma como este tipo de desenvolvimento foi abordado nos discursos jornalísticos da época e a relação estabelecida entre este e as vitórias conquistadas no âmbito dos jogos esportivos.

Retomemos então o mandato de Médici, que cobriu os anos de 1969 a 1974. Na última etapa de seu governo, o Milagre já mostrava todos os sinais de desgaste e as questões sociais eram emergentes. Nesse contexto, chama atenção o fato do presidente conclamar a população, em seus discursos (1970), a se unir em nome do crescimento. Ao visitar os estados flagelados pela seca no Nordeste, declarou (FSP 07/06/70):

“(...) exijo a contribuição da Nação inteira, a determinação dos governantes, o espírito público...”

Essa postura era visível também nos discursos referentes aos jogos, quando afirma, no discurso após a final:

“(...) identifico no sucesso de nossa seleção de futebol a vitória da unidade e da convergência de esforços...” (FSP 07/06/70)

E, em outro momento do mesmo discurso:

“(...) venceram porque souberam ser uma harmoniosa equipe” (ibid)

A ênfase nesta questão – o time funcionando harmoniosamente – é um tema recorrente nas falas do presidente. Retomemos a questão do nordeste. Neste período a seca era uma questão de extrema relevância, a ponto de justificar a visita do presidente, noticiada no dia 07.06. Nesta visita, Médici presidia uma reunião extraordinária do Conselho Deliberativo da SUDENE¹¹. Citamos a colocação da Enciclopédia Virtual Wikipédia:

Seu principal objetivo era encontrar soluções que permitissem a progressiva diminuição das desigualdades verificadas entre as regiões geo-econômicas do Brasil. Absorvida pelas administrações que se seguiram, durante a Ditadura militar de 1964, seu uso foi progressivamente desviado dos objetivos primaciais, sendo considerada uma entidade que, além de não realizar os fins a que se propunha, era foco de corrupção.

Ao falar de corrupção, o texto refere-se, em parte, à chamada indústria da seca, que consiste no desvio dos fundos destinados a solucionar o problema em benefício de uma pequena elite¹². O discurso de Médici, entretanto, não aborda questões financeiras. Aborda, sim, valores humanos, numa abordagem emotiva e dramática do problema.

“(...) nada, em toda a minha vida, me chocou assim e tanto me fez emocionar e desafiar minha vontade”. (ibid)

E faz, ainda uma interessante referência à corrupção.

“(...) é preciso que se diga que houve quem me aconselhasse a que eu não viesse ver”. (ibid)

Embora não afirme claramente a quem se refere, Médici continua nesta mesma linha ao dizer:

“(...) vi muita preocupação de que eu não visse nada e só ouvisse os poderosos da terra” (ibid).

Presumivelmente, queria fazer menção aos beneficiários da citada indústria. Entretanto, o que ocorre é que a SUDENE, instituição governamental, não estava completamente isenta dessas acusações, mas não é a ela que Médici dirige a denúncia velada. Nem faz menção à questão financeira:

“(...) vi quem lamentasse o êxodo dos flagelados para a zonas úmidas, só porque isso iria diminuir o censo e, portanto, prejudicar a representação política.” (ibid)

¹¹Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, entidade destinada a promover soluções sócio-econômicas para a região. Foi criada em 1959 durante o governo Juscelino Kubitscheck,

¹²O termo indústria vem do lucro advindo da situação de calamidade, de forma a tornar a seca uma fonte de renda.

E, logo em seguida, levanta a questão da harmonia:

“ (...) vi a multiplicidade de órgãos de natureza e escalões diversos, atropelando-se nas providências e prejudicando a indispensável unidade de comando para a ação”. (ibid)

Assim, o discurso expressa que o que impede o sucesso da ação governamental no Nordeste está relacionado à falta de cooperação, esta advinda de um desejo de prestar ajuda. Afinal, a acusação de “atropelar-se nas providências” consiste mais em uma crítica à forma como a ação é tomada do que à ação em si.

E, logo em seguida, o presidente retoma a união nacional:

(...) isso tem que começar a mudar. Exijo a contribuição da nação inteira, a determinação dos governantes, o espírito público, a firmeza de todo chefe (...) a austeridade de todos os homens responsáveis, para que não haja indiferença ao sofrimento e à fome.” (ibid)

A crítica feita está relacionada a valores, quando fala de determinação e firmeza e a responsabilidade do ser humano diante do sofrimento alheio. Em um contexto onde a pauperização da população era crescente, chama a atenção o fato de o discurso do líder da nação ocultar esse fato, expressando, por outro lado, a idéia de desenvolvimento.

Voltemos ao futebol. Logo antes da final dos jogos, no dia 21.06, os jornais anunciavam:

“O Brasil inteiro será uma única festa, se ganharmos hoje”. (FSP 21/06/70)

Todas essas questões, aqui representadas pela seca nordestina, mas presentes em outras regiões do país (como vimos, o final do Milagre foi sentido em âmbito nacional), bem como a extrema repressão vivida por diversos setores da sociedade na época, foram deixadas de lado, pois as atenções se concentravam na Copa.

As referências, entretanto, continuam as mesmas, isto é, o discurso da união e da obediência ao líder, aplicadas tanto à política quanto aos jogos.

Em seu já mencionado discurso à população, no dia 22.06, Médici declara:

“(...) trago ao povo a minha homenagem, identificando-me todo com a alegria, a emoção de todas as ruas, para festejar, em nossa incomparável seleção de futebol, a própria afirmação de valor do homem brasileiro”.(22/06/70)

A vitória era um símbolo do que Médici desejava para o país, um símbolo que foi aceito pela maioria, a julgar pelo nível que as festividades assumiram após o jogo. Como o próprio jornal colocou, os jogadores eram “*nossos heróis*”.

Assim, com todas as dificuldades políticas e econômicas em segundo plano, Médici aproveita o momento para reforçar sua idéia de união nacional, e as ditas dificuldades se ocultam

por trás de uma vitória aparente. Afinal, qual era a sua relevância? O Brasil acabava de se tornar campeão mundial de futebol.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS: UMA PRORROGAÇÃO

Pudemos perceber, ao analisar as reportagens, formas pelas quais o governo militar se apropriou das conquistas esportivas brasileiras em benefício próprio.

Não afirmamos, em nenhum momento, que o futebol tenha sido a única estratégia propagandista, nem que seja ideológico em si. Pelo contrário, reconhecemos que o esporte apresenta também possibilidades de consciência, bem como de alienação, da mesma forma que a música e as artes e outras áreas de expressão humana. O que afirmamos é que, neste período em particular, o futebol foi utilizado como propaganda por meio das colocações do governo e a contribuição da mídia e que a relação ideologia-esporte ocorreu no plano do discurso, ou seja, foi posta nas reportagens publicadas e nas comparações e relações estabelecidas pelos ministros e pelo próprio presidente.

Percebemos, nas reportagens, um movimento no sentido de estabelecer uma identificação entre o governo e o futebol, baseada na relação entre o povo brasileiro e a modalidade esportiva. O futebol foi tratado, desde o início, como uma paixão nacional. Não questionamos a validade dessa afirmação – afinal, a relação do brasileiro com o jogo, já estava presente na sociedade desde muito antes da ditadura militar.

Médici, durante os jogos da Copa, foi apresentado continuamente como um grande torcedor do país. Novamente, não é a veracidade de seu entusiasmo que questionamos – até onde sabemos, o presidente realmente se interessava pelos jogos. Entretanto, o fato de que Médici era um torcedor autêntico foi utilizado para estabelecer uma identificação positiva da população com o governo, que serviu para validar outros aspectos de sua política. Essa identificação coloca Médici como um brasileiro-modelo, excluindo assim outras características de seu governo.

Percebemos a contribuição dos jornais no sentido de que as colocações do presidente são sustentadas e reafirmadas. Já nos discursos do presidente, percebemos uma lógica própria, uma ênfase na questão da harmonia necessária para o desenvolvimento da nação, relacionada à harmonia necessária à seleção para que a vitória seja alcançada.

Esta se manifesta num primeiro momento de forma mais ocultada, por meio de discursos que se referiam a problemas sociais prementes na nação – tais como a seca no nordeste. Contudo, em seu discurso de vitória, a relação entre o jogo e o comportamento que Médici esperava da

população se torna explícita. Esse comportamento consistia no que ele chamava de harmonia e unidade. Em face dos eventos que ocorriam com especial intensidade neste período histórico – e aqui nos referimos às torturas, exílios, censura e atos repressivos reconhecidamente presentes no governo Médici – o discurso do presidente parece cumprir uma intenção de justificar e reafirmar esses eventos. A justificativa consiste, dessa forma, no fato de que a repressão tinha como objetivo conter elementos discordantes da sociedade, em outras palavras, afastar os que prejudicavam a harmonia interna no país.

É nesse sentido que utilizamos a palavra “apropriação” para referir-nos à relação entre o poder político e o futebol nesse momento. O desempenho da seleção brasileira, principalmente as vitórias alcançadas, tornaram-se, no discurso de Médici, um símbolo dos ideais colocados pelo governo da época.

Como aponta Chauí (1989) a questão da ideologia se manifesta em uma situação de domínio de uma classe sobre a outra, onde a ideologia surge como forma de ocultar e legitimar esse domínio. Entretanto, a ação humana pela qual a ideologia se expressa não é – na maioria das vezes – deliberadamente enganosa, pelo contrário, surge sob a aparência de ser a única ação possível em uma circunstância específica. É apenas através de reflexão e conscientização profunda e constante que chegamos a perceber até que ponto a ideologia está entranhada na ação.

É o que ocorreu nesse momento, tanto no caso dos jornalistas quanto dos jogadores que forneceram as declarações que sustentaram o discurso da ditadura. Não cremos que houvesse uma intencionalidade de sustentar um sistema repressor, mas sim um alinhamento das ações ao poder vigente. Como diz Chauí, o papel da ideologia “é fazer com que no lugar dos dominantes apareçam idéias (...) e fazer com que os homens creiam que tais idéias representam efetivamente a realidade” (CHAUI, 1989, p. 92).

Foi o que se deu nesse período. Da mesma maneira, esse processo contribuiu para que a relação posta entre o esporte e a nação se tornasse mais visível, de forma a facilitar a identificação da população com a figura do presidente, por meio do gosto pelo futebol. Gosto esse que foi construído, devido a vários fatores históricos desde o primeiro momento em que se jogou futebol no país, mas que aparece aqui como natural do brasileiro. Assim, cria-se uma situação onde o apoio ao presidente está relacionado ao apoio oferecido à seleção brasileira, pelo menos no plano do discurso.

Não temos aqui a intenção de esgotar o assunto, pois este, por sua complexidade, oferece amplas possibilidades de análises e leituras. O que gostaríamos de apontar é o fato de que o esporte, e no Brasil principalmente ao futebol, apresenta infinitas oportunidades tanto no sentido da alienação quanto da consciência.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AQUINO, Maria Aparecida de. **Censura, Imprensa e Estado autoritário (1968-1978): o exercício cotidiano da dominação e resistência/:** O Estado de São Paulo e Movimento/ Bauru: EDUSC, 1999.

AUBENAS, F.; BENASAYAG, M. **A Fabricação da informação: Os jornalistas e a ideologia da comunicação.** Edições Loyola: São Paulo, 2003

BELLOS, A. **Futebol: O Brasil em Campo.** Trad: Jorge Viveiros de Castro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003

CHAUI, Marilena. **Cultura e Democracia: o discurso competente e outras falas.** São Paulo: Ed. Moderna, 1980.

_____. **O que é ideologia.** 30ª ed. São Paulo: Ed. Brasiliense 1989

_____. **Filosofia.** Ed. Ática, São Paulo, ano 2000

CROCHIK, José Leon. **Preconceito, Indivíduo e Cultura.** São Paulo: Robe Editorial: 1995.

DIMENSTEIN, Gilberto. **As Armadilhas do Poder: Bastidores da Imprensa.**São Paulo: Sumnus Editorial. 1990.

FROMM, Erich. **Conceito Marxista de Homem.** 8ª ed. São Paulo: Guanabara Koogan. 1983

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social.** 4 ed. São Paulo: Atlas, 2004.

MURRAY, Bill. **Uma história do futebol.** Trad. Carlos Szlack. 1ª. ed. São Paulo: Hedra, 2000.

PETTA, N.L.D; OJEDA, E. A. B. **História: Uma Abordagem Integrada: Volume Único.** 1ª Ed. São Paulo: Moderna, 1999.

PIMENTA, Carlos Alberto Máximo. **Torcidas Organizadas de Futebol: Violência e autoafirmação – aspectos da construção das novas relações sociais.** Taubaté: Vogal Editora, 1997

THOMPSON, John B. **A Mídia e a Modernidade: Uma teoria social da mídia.** Trad. Wagner Oliveira Brandão. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998

AGOSTINO, G. *in* REVISTA NOSSA HISTÓRIA, **Pra Frente Brasil: Futebol em Tempos de Ditadura.**, ano 2, num. 14, dez/2004.

Enciclopédia Virtual Brasileira – História do Brasil, acesso em 09.12.2006 as 22:17, <http://br.geocities.com/vinicrashbr/historia/brasil/industrializacaobrasileira.htm>

Enciclopédia Virtual Wikipedia, <http://pt.wikipedia.org/wiki>, acesso em: 30.04.2006 as 17h30m

Médici: Isto Não Pode Continuar. Folha de São Paulo. São Paulo, n. 14.966, p. 01, 07 jun. 1970.

Médici Diz que o NE Crescerá. Folha de São Paulo. São Paulo, n. 14.980, p. 01, 21 jun. 1970.

Eles Voltam Amanhã com a Taça. Folha de São Paulo. São Paulo, n. 14.981, p. 01, 22. jun. 1970.

O Brasil Inteiro Será Uma Única Festa Se Ganhar Hoje. Folha de São Paulo. São Paulo, n. 14.980, p. 25, 21 jun. 1970

Médici Estimula Seleção. Folha de São Paulo. São Paulo, 16 jun. 1970

7. PARECER DO ORIENTADOS

Aluna: Mariana Costa Chazanas
Orientadora: Cecília Pescatore Alves

O TCC intitulado “Futebol e Ideologia: Um Estudo sobre a Copa de 70” corresponde ao trabalho realizado por Mariana Costa Chazanas ao longo de 2006 sob a minha supervisão, como exigência parcial para conclusão do curso de psicologia da Universidade de Taubaté.

A produção da aluna seguiu um processo adequado de ritmo e desenvolvimento de tarefas. Aprofundou adequadamente o conteúdo teórico, procedeu a uma rica coleta de material documental com a metodologia aplicada e elaborou uma boa análise dos dados. Diante da pertinência do tema da pesquisa, do excelente desempenho da aluna e do resultado final da monografia recomendo-o para participar do premio Silvia Lane, iniciativa da Associação Brasileira de Ensino de Psicologia – ABEP, na categoria dos Trabalhos de Conclusão de Cursos.

Taubaté, 24 de Março de 2007.

Cecília Pescatore Alves